



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002267-88.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Exibição - Provas**
 Requerente: **Maria Cecilia Carrasco da Silva**
 Requerido: **CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SÃO CARLOS SP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARIA CECILIA CARRASCO DA SILVA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Exibição em face de CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SÃO CARLOS SP, também qualificada, alegando que a ré teria recusado a entrega de cópia dos prontuários médicos referentes à internação e tratamento de sua mãe, cujo nome não é mencionado na inicial, reclamando seja determinada dita exibição através da presente ação.

Deferida a liminar, a ré veio aos autos justificar estejam ditos documentos protegidos por sigilo profissional, razão pela qual não poderia tê-los entregue à autora, sem embargo do que fez a exibição com a ressalva de que não haja, por justificada a recusa, condenação na sucumbência.

A autora replicou reafirmando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito à ré, firmou-se já na jurisprudência o entendimento de que o sigilo dos documentos médicos visa proteger *o paciente* e não o estabelecimento ou o médico, de modo que, reclamado pelo paciente, não há como se justificar a recusa na entrega de cópia dos prontuários.

Veja-se a propósito: “*Exibição de documentos - Prontuário médico de paciente falecido - Procedência - Inconformismo - Desacolhimento - Sigilo médico que é instituído em favor do paciente - Resistência injustificada à pretensão, mormente diante do justo motivo apresentado pelo herdeiro necessário - Precedentes deste E. Tribunal - Sentença mantida - Recurso desprovido*” (cf. Ap. nº 0001793-87.2013.8.26.0302 - 8ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/06/2014 ¹).

Cumpre, portanto, acolhida a demanda e rejeitada a justificativa da ré, que, por tais razões, deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, conforme jurisprudência: “*na ação cautelar de exibição de documento, cabe a condenação em honorários de advogado (RP 39/316), 'por se tratar de ação, e não de mero incidente'(STJ-3ª T. – REsp. 168.280-MG – rel. Min. Menezes Direito – in THEOTÔNIO NEGRÃO)*” ².

No mais, com a exibição dos documentos pela ré, não há pretender-se qualquer

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 901, nota 4 ao art. 844.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

discussão acerca de questões outras, as quais somente na ação principal que eventualmente venha a ser proposta pela autora poderão ser versadas.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, DOU POR SATISFEITA a exibição de documentos e defiro o seu desentranhamento pela autora, mediante manutenção de cópia autêntica nos autos, à suas expensas, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 25 de julho de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**